



Ações de políticas linguísticas de internacionalização na UFPel: o papel das línguas adicionais entre demandas, desafios e potencialidades nas práticas locais de internacionalização

Language policy actions for internationalization at UFPel: the role of additional languages amid demands, challenges, and potentialities in local internationalization practices

Helena Vitalina SELBACH*

Lucas LÖFF MACHADO**

Jael Sânera SIGALES GONÇALVES***

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar e discutir as experiências da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) na implementação de políticas linguísticas (PL) localmente construídas voltadas à formação de professores, ao ensino de línguas adicionais e à discussão da PL da Universidade. O estudo foca em cinco iniciativas que compõem o cenário de internacionalização da instituição, incluindo: 1) a Rede ANDIFES Idiomas sem Fronteiras (Isf), que atua tanto na formação de professores de línguas quanto na oferta de cursos de línguas para a comunidade acadêmica; 2) a ação de mobilidade acadêmica à Alemanha como processo formativo de professores do curso de licenciatura em Alemão-Português, proporcionando experiências internacionais *in loco*; 3) a disciplina "Ensino de Português como Língua Adicional (PLA) na graduação, voltada para a formação de professores na área; 4) o projeto de pesquisa "Letramentos Acadêmicos em Português como Língua Adicional na UFPel: mapeamento de práticas e necessidades" e 5) o projeto de extensão "Direitos linguísticos, Universidade e Políticas Públicas". Os resultados, a partir da análise das ações em curso e da reflexão sobre como as PL se materializam em práticas concretas no contexto universitário, apontam para a importância de abordagens localmente construídas na promoção da internacionalização, destacando o papel fundamental das línguas nesse processo. A perspectiva transversal das línguas presentes nos repertórios locais e emergência de espaços, nos quais há coexistência ou promoção do usos de mais línguas, torna-se uma ferramenta valiosa na construção de respostas a questões complexas existentes em espaços pós-coloniais e regionalmente tão distintos. Conclui-se que a articulação entre a PL institucional e as línguas adicionais nas mais diferentes ações de ensino, pesquisa e extensão - que viabilizam a formação docente - são

* Doutora em Letras (UFSM). Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas. helena.selbach@ufpel.edu.br

** Doutor em Letras (KU Eichstätt-Ingolstadt). Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas. lucas.machado@ufpel.edu.br

*** Doutora em Letras (UCPel). Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas. jael.goncalves@ufpel.edu.br

essenciais frente aos desafios que emergem na implementação de iniciativas locais plurilíngues de internacionalização no ensino superior.

Palavras-chave: Internacionalização. Pelotas. Formação de professores. Multilinguismo. Política linguística.

ABSTRACT: This work aims to report and discuss the experiences of Universidade Federal de Pelotas (UFPel) in implementing locally constructed language policies (LP) focused on teacher education, the teaching of additional languages, and the discussion of the University's LP. The study focuses on five initiatives that compose the institution's internationalization scenario, including: 1) the Languages without Borders (IsF) program, which acts both in the education of language teachers and in offering language courses to the academic community; 2) the academic mobility to Germany as a formative process for teachers of the German-Portuguese teaching degree course, providing international experiences in loco; 3) the "Teaching Portuguese as an Additional Language (PAL)" course in undergraduate studies, aimed at teacher education in the area; 4) the research project "Academic Literacies in Portuguese as an Additional Language at UFPel: mapping practices and needs" and 5) the outreach project "Linguistic Rights, University and Public Policies". The results, based on the analysis of ongoing actions and reflection on how LPs materialize in concrete practices in the university context, point to the importance of locally constructed approaches in promoting internationalization, highlighting the fundamental role of languages in this process. The cross-cutting perspective of the languages present in local repertoires and the emergence of spaces in which more languages coexist or are promoted becomes a valuable tool in the construction of answers to complex questions that exist in post-colonial and regionally distinct spaces. It is concluded that the articulation between the institutional LP and additional languages in various teaching, research, and outreach actions - which enable teacher education - are essential in face of the challenges that emerge in the implementation of local plurilingual internationalization initiatives in higher education.

Keywords: Internationalization. Pelotas. Teacher education. Multilingualism. Language policy.

Artigo recebido em: 31.07.2024

Artigo aprovado em: 23.11.2024

1 Introdução

A internacionalização do ensino superior tem se tornado um tema cada vez mais relevante no cenário educacional global e local (Santos; Almeida Filho, 2012; Ponso, 2019; Castelano Rodrigues, 2022; Martin-Jones; Castanheira; Mattos, 2024). Nesse contexto, as políticas linguísticas (PL) desempenham um papel fundamental, atuando tanto como facilitadoras quanto catalisadoras desse processo. Neste trabalho, relatamos e discutimos experiências na implementação de políticas linguísticas

localmente construídas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) voltadas à formação de professores, ao ensino de línguas adicionais e à discussão da PL da Universidade que buscam contribuir para a internacionalização da instituição.

A fundação da UFPel em 1969 pelo Decreto nº 65.881/69 e do Instituto de Letras em 1984 dá-se em uma cidade carregada por vestígios da participação de diferentes culturas na modelagem do espaço. A Serra dos Tapes, região adjacente ao município, pode ser considerada um mosaico de grupos culturalmente distintos (Cerqueira, 2010)¹. Nas últimas décadas, a concretização de políticas nacionais relacionadas ao sistema universitário desvelou ainda mais o caráter histórico e culturalmente plural do sistema brasileiro e incrementaram os desafios do processo de internacionalização. Conquistas legais ampliaram o acesso e colocaram em evidência a presença de uma comunidade diversificada e multilíngue nos espaços da Universidade. Entre tais conquistas, destacam-se o amparo constitucional da Libras em 2002 (Brasil, 2002, Lei nº 10.436), a instituição do Inventário da Diversidade Linguística instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 2010, Decreto nº 7387/2010) e, mais recentemente, a Lei n.º 12.711/12 (Brasil, 2012), que instituiu as cotas étnico-raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior, e a própria política de expansão das Universidades Públicas (Reune), com o incremento de novos cursos a partir de 2009.

O cenário de internacionalização da UFPel é composto por diversas iniciativas que se entrelaçam e se complementam, formando um ecossistema linguístico-educacional diversificado². A Rede ANDIFES Idiomas sem Fronteiras (IsF) desempenha um papel duplo na instituição: atua na formação de professores de línguas adicionais e oferece cursos de línguas para a comunidade acadêmica interna e

¹ O município de Pelotas, fundado em 1812 junto à Serra dos Tapes e habitado anteriormente pelos grupos indígenas dos Charruas e Minuanos, recebeu também contingentes escravizados e imigrantes europeus. Sua localização relativamente próxima à fronteira com o Uruguai também ressalta a diversidade no espaço.

² Trataremos de cinco ações de ensino, pesquisa, extensão e formação docente das quais participamos e que integram uma gama maior de iniciativas de internacionalização da Universidade.

externa. Outra iniciativa relevante é uma ação de mobilidade acadêmica na Alemanha, concebida como um processo formativo para professores do curso de dupla licenciatura em alemão e português amparado pela Rede IsF. Essa ação proporcionou, como relataremos, experiências internacionais *in loco*, permitindo que os futuros docentes vivenciassem de forma direta os aspectos culturais e linguísticos do país, enriquecendo sua formação e preparando-os para atuarem em contextos interculturais.

A formação de professores também é contemplada pela disciplina de Ensino de Português como Língua Adicional (PLA) na graduação. Esta ação reconhece a importância do português na contemporaneidade e busca capacitar profissionais para conhecer a área que compõe as possibilidades de atuação futura. Ainda no âmbito da área de PLA, está o projeto de pesquisa "Letramentos Acadêmicos em Português como Língua Adicional na UFPel: mapeamento de práticas e necessidade", vinculado ao Grupo de Estudos em Português como Língua Adicional (Gepla), que visa mapear práticas de letramentos e identificar demandas de docentes e discentes nesse contexto específico. Já o projeto de extensão "Direitos linguísticos, Universidade e Políticas Públicas" tem foco na articulação entre a Universidade e o Poder Público, pautado pela disseminação de informações sobre direitos linguísticos dentro e fora da instituição e pela realização de formação inicial e continuada de agentes públicos em temas relacionados aos direitos linguísticos e às políticas linguísticas implicadas na prestação de serviços públicos. Essas ações são norteadas e integradas pela PL institucional da UFPel, que estabelece diretrizes e princípios orientadores substanciais para os objetivos de internacionalização da Universidade, como argumentamos a seguir.

A análise dessas ações em curso e a reflexão sobre como as PL se materializam em práticas concretas no contexto universitário, tal como propomos neste trabalho, apontam para a importância de abordagens localmente construídas na promoção da internacionalização. Entendemos que tais abordagens, ao considerarem as especificidades e potencialidades do contexto local, tendem a ser mais efetivas e

sustentáveis. Argumentamos que o sucesso das iniciativas de internacionalização no ensino superior depende fundamentalmente da articulação entre a política linguística institucional e as ações locais de ensino, pesquisa e extensão que subsidiam a formação docente. Essa articulação permite que as políticas se traduzam em práticas concretas, impactando positivamente a comunidade acadêmica e contribuindo para uma internacionalização em línguas adicionais mais inclusiva e abrangente.

Nas seções seguintes, detalharemos essas iniciativas, analisando seus impactos, desafios e potencialidades no contexto da internacionalização da UFPel. Ao final, serão apresentadas reflexões sobre perspectivas futuras para o desenvolvimento de PL que ampliem a internacionalização do ensino superior.

2 O processo de internacionalização das universidades

A internacionalização das universidades é um fenômeno que remonta aos primórdios da criação das instituições (Santos; Almeida Filho, 2012). Tradicionalmente associada à mobilidade acadêmica internacional (De Wit, 2020), essa prática foi significativamente questionada pela pandemia de Covid-19, levando à reinvenção das possibilidades de mobilidade acadêmica, incluindo a proposta de mobilidade virtual (Finardi; Guimarães, 2020). O processo de internacionalização é definido por Knight (2004, p. 11) como a "integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária".

A internacionalização é também referida como a quarta missão da Universidade, mobilizando a instituição para cumprir quatro objetivos fundamentais: 1) reforçar projetos conjuntos e integradores, 2) expandir atividades de formação, pesquisa e inovação, 3) conduzir uma agenda de diplomacia cultural universitária e 4) contribuir para a consolidação de espaços integrados do conhecimento (Santos; Almeida Filho, 2012, p. 145).

A perspectiva de internacionalização com ênfase na promoção do bem público social, por sua vez, contrapõe-se à concepção reducionista da educação como mero serviço para a competitividade individual e global. Ao reconhecer a importância da formação técnica e profissional, sem negligenciar o aspecto social da educação, volta-se a promover uma formação de qualidade que possa contribuir para a redução das desigualdades sociais (Meneghel *et al.*, 2018, p. 10, *apud* Finardi; Mendes; Silva, 2022). A internacionalização, como propõem os autores, está vinculada à relevância dos conhecimentos e experiências acadêmicas que capacitam os discentes a compreender e atuar em diferentes contextos sociais, com atenção aos princípios de sustentabilidade, equidade e paz entre os povos. Nesse sentido, não é apenas um meio de expandir horizontes acadêmicos, mas um instrumento crucial para a formação de cidadãos globais conscientes e responsáveis; apresenta o potencial de promover a colaboração intercultural e o entendimento global, essenciais para enfrentar desafios contemporâneos como as mudanças climáticas, a desigualdade social e os conflitos internacionais.

Em um sentido mais amplo, a internacionalização pode ser compreendida como uma dimensão central das políticas de tolerância e respeito às diversas culturas e línguas, uma vez que conecta práticas a nível global, sem as quais a participação de agentes e cidadãos de diferentes segmentos ficaria ameaçada. No contexto local, essa pauta tem mobilizado equipes e atores em diferentes frentes das universidades, incluindo a UFPel, em que a relação entre internacionalização e diversidade linguística tem sido objeto de atenção e ação.

3 Plurilinguismo, decolonialidade e internacionalização

A pluralidade linguística pode assumir um papel central para o desenvolvimento da internacionalização (Leal; Moraes, 2018). Devido ao seu caráter inclusivo (ou exclusivo), a dimensão linguística está intimamente ligada às demandas da internacionalização. Podemos pensar em duas óticas complementares nesse

processo: (1) a garantia de espaços de protagonismo a grupos e línguas até então invisibilizados, na forma de ações afirmativas, leis, resoluções, declarações de direitos linguísticos, cooficializações, reconhecimentos de patrimônios imateriais; e (2) reestruturação de espaços variados ocupados por línguas hegemônicas, como Alemão, Espanhol, Inglês e Português, que pode estar servindo à reprodução de práticas excludentes ou silenciadores sob o argumento da funcionalidade comunicativa (Navarro *et al.*, 2023). Aqui, pode-se pensar na inclusão das línguas de estudantes indígenas ou surdos, cada vez mais presentes nas universidades públicas, ou na revisão de espaços monolíngues, como por exemplo, em eventos e disciplinas.

Ações afirmativas e de inclusão na UFPel são políticas recentes com impacto direto sobre as políticas linguísticas. Com a abertura e incremento do curso de Licenciatura Letras Libras em 2023, existem atualmente 41 estudantes surdos na Universidade (Diel; Martins; Lebedeff, 2023). Os autores citam como desafios a limitação do ensino tradicional ao eixo escrito (leitura e escrita) e a ausência de línguas de sinais adicionais de outros países nas ações de ensino, além da capacidade de universidades receberem esses estudantes (Diel; Martins; Lebedeff, 2023)³. Com relação aos estudantes quilombolas e indígenas, no período de 2015 a 2023, ingressaram 99 estudantes quilombolas e 81 estudantes indígenas (Rocha; Gasparatto, 2023). Ainda é possível citar ações relacionadas às línguas de imigração presentes no entorno de Pelotas, como a oferta do curso de pomerano no Projeto de extensão “Cursos de Línguas” da UFPel, desde 2022.

Sobre o papel de grupos minoritários que acessam o contexto acadêmico, Martin-Jones, Castanheira e Mattos (2024, p. 13) ressaltam que cada um desses três grupos de estudantes (migrantes ou refugiados, surdos e indígenas) necessita de apoios diferenciados no nível universitário, e particularmente, com relação aos letramentos acadêmicos durante seus estudos dentro e fora da sala de aula. Diante

³ Na UFPel, existem iniciativas como o *Spread the Sign*, aplicativo com intuito de aproximar a aprendizagem de línguas.

deste contexto, cabe discutir as principais implicações de alguns conceitos importantes para a compreensão de práticas plurilíngues e as críticas atreladas ao processo de internacionalização atualmente.

Embora o multilinguismo, enquanto presença de diferentes línguas no espaço, seja reconhecido em diversas pesquisas como um elemento constitutivo do espaço brasileiro desde antes da sua ocupação por povos europeus, essa diversidade passou por períodos recorrentes de instabilidade. A repressão pombalina no séc. XVIII ou a proibição do uso de línguas de imigração (sobretudo alemão, italiano, japonês) durante o Estado-Novo (1937-1945) somadas ao próprio silenciamento linguístico e às políticas de embranquecimento da população ao longo do século XIX deixaram rastros que hoje disseminam uma ideia de Brasil como país linguisticamente homogêneo.

O plurilinguismo, por sua vez, pode ser considerado uma atitude positiva referente à diversidade linguística em diferentes âmbitos da sociedade e da vida de cada falante. Para Altenhofen (2019; 2022), o plurilinguismo é a postura ou consciência em uma direção oposta ao monolinguismo. Essa atitude pode ser mais ativa com reconhecimento e fomento da pluralidade ou mais passiva com aceitação, tolerância ou empatia pelo plural. Pesquisas vêm apresentando esforços no sentido de mostrar benefícios cognitivos e sociais do multilinguismo (Limberger, 2018). No entanto, constatamos uma lacuna considerável em diferentes contextos ainda bastante focados na Língua Portuguesa (LP) como língua hegemônica do Brasil, como materiais didáticos, midiáticos (jornais, informes, campanhas publicitárias), políticas públicas, legislações e espaços deliberativos, por exemplo, e na elaboração dos currículos e projetos de cursos.

Apesar dos massacres de grupos indígenas, de grupos escravizados ou mesmo da restrição por décadas de línguas de imigração ao ambiente familiar, o espaço brasileiro persiste bastante multilíngue e culturalmente diverso: estima-se a existência

de 274 línguas indígenas distribuídas por 304 etnias (IBGE, 2022)⁴ e 56 línguas de imigração (Altenhofen, 2019). Soma-se a essas a crescente presença de línguas de migrantes nos dias de hoje.

Ao mesmo tempo que membros dessas comunidades passaram a integrar espaços como a Universidade, seu repertório linguístico ou sua memória cultural acompanhou apenas em parte esse processo. O número organizado por Martin-Jones, Castanheira e Mattos (2024) oferece subsídios e um olhar crítico sobre a participação de línguas minoritárias em espaços ou usos hegemonicamente preenchidos pelo português e pelo inglês, como é o caso deste último em publicações acadêmicas. Na mesma publicação, discutem-se, porém, também os benefícios de incluir o Inglês nas práticas docentes e, com isso, promover o multilinguismo nas práticas locais.

A virada decolonial no âmbito da internacionalização surge impulsionada pelas contradições existentes nesse processo, sejam elas de cunho administrativo ou educacional. Aqui cabe a pergunta: a comunicação nos diferentes âmbitos da Universidade é, de fato, internacional considerando as identidades locais ou ainda persiste sendo uma espécie de espelhamento de sistemas do norte global? (Martin-Jones; Castanheira; Mattos, 2024; Echeverría-King *et al.*, 2023).

Enquanto de um lado, critica-se um excessivo enaltecimento das qualidades da internacionalização, do outro, observa-se com preocupação a desigualdade entre países do Sul e do Norte global bem como a crescente concorrência entre instituições menos privilegiadas em detrimento da cooperação (Leal; Finardi; Abba, 2024). Conceitos como “modernização”, “interculturalidade” e “cidadão global” acabam muitas vezes contribuindo para a perpetuação dessas assimetrias (Leal; Moraes, 2018). Leal e Moraes (2018) pleiteiam, por fim, uma relação mais próxima entre instituições do Sul (“cooperação Sul-Sul”). Com base em De Sousa Santos (2010), Leal, Finardi e

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Segundo%20dados%20do%20C3%BAltimo%20Censo,ind%3%ADgenas%20de%20305%20diferentes%20etnias>. Acesso em: 27 mai. 2024.

Abba (2024), advogam por uma ecologia de conhecimentos e um movimento “da Universidade para pluriversidade” (*from university to pluriversity*). Dessa maneira, é possível criar espaços de convivência entre as línguas que se motivem mutuamente, na medida em que os diferentes atores e suas línguas têm não apenas um acesso garantido no papel, mas passam a conhecer e praticar diferentes ações voltadas ao multilinguismo.

Nas próximas seções, serão discutidos além dos documentos basilares dessa perspectiva, exemplos de ações que vão além do foco em línguas hegemônicas e buscam integrar os diferentes grupos e perspectivas linguístico-culturais em seu escopo.

4 Plano Estratégico de Internacionalização e a política linguística da UFPel

No contexto universitário atual, identificamos instrumentos norteadores para a promoção de práticas multilíngues e formação de professores de línguas articulada à internacionalização.

O Plano Estratégico de Internacionalização (PEI) (UFPel, 2018), chama a atenção para a consolidação de um aparato de internacionalização na Universidade, com ações que priorizem, em linhas gerais, o fortalecimento de um espaço internacional de fato com acesso à comunidade da UFPel e do seu entorno (Selbach; Klee; Moraes, 2023). Um exemplo, são as metas de inclusão e atração de estudantes internacionais através da promoção de PLA na própria Universidade (Damasceno; Selbach, 2021). A partir de um estudo de caso com coordenadores de cursos de Pós-Graduação na UFPel, Bleggi (2019) recomenda que o PEI seja considerado em instâncias superiores de forma mais efetiva a fim de auxiliar na implementação de ações que visem a inserção de egressos em um mercado de trabalho global.

Um passo importante na direção de ações que contemplem a diversidade da UFPel foi a elaboração da PL da Universidade (UFPel, 2020), instituída pela Resolução nº 01/2020 do Conselho Coordenadora do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - Cocepe,

de 20 de Fevereiro de 2020⁵. A PL prevê a criação de um comitê com representação de diversos projetos de extensão e unidades ligadas ao tema linguístico e à internacionalização, com a função de submeter à apreciação do Cocepe instrumentos normativos que viabilizem ações para o fortalecimento da Política Linguística da Universidade (Art. 4, VII, §3º).

Em suas considerações iniciais, o documento exprime a relevância de aspectos linguísticos que atendam às especificidades educativas e de internacionalização já ponderadas em documentos anteriores. A PL é bastante abrangente, visto que é o primeiro instrumento da Universidade com esse objetivo. Nos artigos que seguem, encontramos princípios direcionados explicitamente a grupos de línguas presentes nos espaços da Universidade⁶.

No que tange aos princípios da PL voltados à promoção de práticas multilíngues e de PLA, destacam-se “o respeito à diversidade linguística e a sua valorização (dialetos do português, Libras, Espanhol e todas as línguas e culturas dos membros da comunidade acadêmica, incluindo as línguas indígenas, de imigração e de matriz africana)” e “a inclusão social e cidadã de todas as comunidades linguísticas nas práticas acadêmicas e sociais na Universidade” (UFPeL, 2020, p. 2). Com relação aos objetivos voltados à área de PLA, estes envolvem a formação de professores (“promover ensino, pesquisa e extensão em português como língua adicional”) e as ações, nesse âmbito, dizem respeito ao “incentivo à institucionalização do Português como Língua adicional no Centro de Letras e Comunicação” (CLC) (UFPeL, 2020, p. 2-3).

Quanto aos objetivos da PL, fica evidente a preocupação com a ampliação das competências linguísticas dentro da Universidade, mas também a promoção do PLA para falantes internacionais e brasileiros, no caso de estudantes surdos, e de

⁵ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/clc/politica-linguistica-da-ufpel/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

⁶ Art. 1º III: “dialetos do português, LIBRAS, Espanhol e todas as línguas e culturas dos membros da comunidade acadêmica, incluindo as línguas indígenas, de imigração e de matriz africana”.

acolhimento, formação e acompanhamento de falantes de outras línguas (Art. 2º, IV). Fica clara, ainda, a necessidade de diversificar os documentos e as práticas de letramento em função do repertório linguístico. Por fim, a PL apresenta um elenco de ações a serem implementadas na Universidade. Essas iniciativas têm como base a consolidação de ações já existentes (aplicação de testes de proficiência, entre eles o Teste de Competência em Leitura em Língua Estrangeira, por exemplo), incentivo ao reconhecimento de atividades relacionadas às línguas na progressão dos servidores, mas também o uso de fato de línguas diferentes em trabalhos, disciplinas e eventos.

A PL é, portanto, um documento norteador para se pensar uma política para a internacionalização com equidade e complementar ao aparato levantado pelo PEI. A inclusão de línguas diversas significa, por fim, a inclusão de grupos diversos, como os surdos, grupos com línguas de imigração como Hunsriqueano e Pomerano, bem como migrantes e refugiados que estão se instalando na região.

5 Ações de internacionalização na UFPel

Com base na discussão realizada até aqui, apresentamos, nas próximas seções, experiências a partir de projetos de ensino, pesquisa e extensão em níveis distintos da formação de professores e nas práticas linguísticas na UFPel. As seguintes ações são resultados de experiências com 1) projetos de extensão como a Rede IsF (voltado à formação de professores por meio da oferta de cursos de línguas) e “Direitos linguísticos, Universidade e Políticas Públicas”, 2) o projeto de pesquisa (“Letramentos Acadêmicos em Português como Língua Adicional na UFPel: mapeamento de práticas e necessidades”, mas também pontuais e de duração distintas, como é o caso da disciplina de formação de professores (“Ensino de PLA”) e de uma ação de mobilidade acadêmica - viagem de estudos à Alemanha - com estudantes do curso de licenciatura Português e Alemão.

Figura 1 – Línguas adicionais e Ações de PL.



Fonte: os autores.

5.1 A Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras

A Rede IsF evidenciou-se, desde sua concepção, em 2012, e ao longo dos últimos anos, como uma prática de PL voltada a combater o monolinguismo nas universidades Brasileiras e ampliar o acesso ao ensino de línguas, em diferentes línguas (Abreu-e-Lima; Almeida; Moraes Filho, 2021; 2022). De uma demanda concreta, a saber, a necessidade de capacitar estudantes desde a graduação para a experiência internacional através da mobilidade no exterior, emergiram demandas de internacionalização que desafiaram a universidade pública como um todo. Assim, a Rede IsF, inicialmente denominada "Programa" e amparada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi peça propulsora para emissão de uma série de resoluções e documentos como garantia do protagonismo das línguas adicionais nesse processo, e que vieram ser as Políticas Linguísticas Institucionais (PLI). Atualmente, a Rede IsF conta com uma rede de 55 universidades federais distribuídas nos diferentes estados brasileiros. A principal ação é a oferta de cursos de línguas, sejam elas locais ou coletivas de alcance nacional, para as comunidades das universidades credenciadas. As línguas oferecidas são Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês e PLA.

O núcleo na UFPel, atualmente, possui caráter extensionista (com oferta de cursos de línguas à comunidade externa e aos servidores e estudantes da

Universidade), mas, também, formativo. A atuação de professores bolsistas e voluntários inclui desde a fase de planejamento, criação de planos de aula e materiais didáticos até a implementação das propostas em cursos de línguas. Os cursos integram um catálogo nacional construído ao longo da existência do programa com auxílio de especialistas e professores em formação.

Ações como a oferta de cursos destinados a professores em formação (inicial e continuada) também envolvem o trabalho conjunto entre orientadores e bolsistas ministrantes. Um exemplo é a oferta do curso de PLA intitulado "Formação de professores para o contexto de Português como Língua de Acolhimento com crianças na Educação Básica", promovido em parceria interinstitucional entre UFPel e Universidade Estadual de Londrina. Desde o seu cadastro como projeto de extensão "Rede IsF – Núcleo de Línguas (NuLi)/UFPel", em 2022, foram registradas 50 ações em forma de cursos, cine-debate e eventos (Hepp *et al.*, 2023) para fins específicos e eixos culturais relacionados aos países das respectivas línguas. Soma-se a isso a oferta das duas turmas do curso de PLA "Aspectos da Cultura Brasileira" (Ramires; Selbach, 2023) para a formação de alunos da Universidade de Ciência e Engenharia de Sichuan.

Em 21 e 22 de setembro de 2023, a UFPel sediou o 1º Encontro Regional da Rede IsF com o tema "Integração e Políticas Linguísticas". O escopo do evento incluiu falas sobre o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) e objetivou recuperar o histórico do programa na Instituição, bem como fortalecer laços com universidades próximas. Eventos como este e as próprias reuniões e discussões entre pares e espaços de orientação propiciam a emergência do tema da inclusão das línguas adicionais sob a perspectiva do multilinguismo. Nessa perspectiva, alinhamo-nos ao conceito de língua adicional (em oposição à "língua estrangeira" ou "L2" [segunda língua]), proposto inicialmente por Judd, Tan e Walberg (2001, p. 6), como indicador desse contexto contemporâneo cada vez mais complexo no qual os alunos estão expostos às línguas sem uma hierarquia de segunda, terceira língua rígida e podem aprendê-las em contextos não formais mais variados possíveis.

Dessa forma, descrevemos, na próxima seção, o papel do plurilinguismo em uma viagem de curta duração com estudantes da graduação à Alemanha, ação amparada pela Rede IsF.

5.2 Viagem de estudos à Alemanha

O eixo do plurilinguismo durante a formação de professores de Alemão como língua adicional vem sendo discutido tanto em nível nacional como internacional (Gogolin, 1994; Grilli, 2016). No curso de Letras Licenciatura - Alemão e Português da UFPel esse tema vem ganhando relevância, também por conta da presença de variedades linguísticas alemãs no entorno da Universidade. Nesse sentido, a internacionalização envolve a diversidade da língua a partir da cultura-alvo e do próprio país de origem.

Nesta seção, apresentamos uma experiência com mobilidade internacional, realizada de 20 a 31 de maio de 2023, com um grupo de 15 estudantes, em nível de graduação, com conhecimentos prévios em língua alemã (Marques-Schäfer; Sant'Anna 2020)⁷. Alguns aspectos da viagem dialogaram diretamente com o papel do plurilinguismo na Universidade de origem e ações afins durante a estadia e em universidades na Alemanha.

No projeto intitulado “Wissen vernetzen: In Deutschland und Brasilien gemeinsam lehren und forschen” (“Conectando conhecimentos: Ensinar e pesquisar conjuntamente na Alemanha e no Brasil”) foram incluídas a visita a cinco universidades alemãs de diferentes regiões culturais e dialetais: 1) Technische Universität München (Munique), 2) Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt (Eichstätt), 3) Friedrich-Alexander-Universität (Erlangen), 4) Freie-Universität Berlin e 5) Universität Leipzig. A viagem contou com um elenco de objetivos relacionados à

⁷ O auxílio de parceiros internacionais (Abreu-e-Lima; Moraes Filho, 2022), como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e a Agência Austríaca para Educação e Internacionalização (OeAD), através de editais como este, desempenham um papel determinante para formação linguística e cultural de acadêmicos.

formação dos estudantes participantes que incluíram desde o contato imersivo com a língua e com estudantes internacionais na Alemanha até a familiarização com o sistema universitário alemão (com vistas a futuras possibilidades de intercâmbio), conscientização e pensamento crítico acerca de processos históricos ocorridos na Alemanha a partir da visita a museus e exposições, bem como a intensificação da cooperação entre as universidades participantes, inclusive entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e UFPel. Cabe destacar que todos os participantes da viagem tiveram sua formação de alguma forma afetada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, seja pela adaptação ao ensino de língua remoto, seja pela suspensão de editais relacionados com a língua alemã (Echeverría-King *et al.*, 2023). Para metade dos estudantes, essa foi a primeira experiência com a mobilidade internacional.

Uma das dificuldades encontradas na execução da viagem foi a formalização do acordo para que, considerando as diretrizes de ambos os países, fosse possível a distribuição dos valores entre os estudantes antes da viagem, dos quais parte não teria os recursos próprios para a viagem. Para tanto, foi necessária uma atuação conjunta entre a Coordenação de Relações Internacionais (CRInter) e a Coordenação de Convênios e Contratos da UFPel, bem como entre docentes da área de alemão para que questões linguísticas e jurídicas pudessem ser alinhavadas. Antes da viagem, os alunos participaram do curso preparatório “Kommunizieren im Hochschulkontext: Modul 3”⁸, ofertado no âmbito da Rede IsF e ministrado por três alunos-professores do próprio curso.

Um dos objetivos das visitas foi a apresentação de trabalhos em língua alemã pelos estudantes brasileiros em colóquios de pesquisa e em um Instituto educativo. Os temas das apresentações poderiam versar sobre aspectos culturais brasileiros ou temas relacionados à pesquisa, conforme interesse dos apresentadores,

⁸ “Comunicar-se no Contexto Acadêmico: Módulo 3”. O curso teve duração de 16 horas e tematizou aspectos relacionados ao sistema universitário na Alemanha e questões práticas do cotidiano (com temáticas como compras em supermercado e transporte na cidade). O curso foi destinado a estudantes que participaram da viagem e também foi aberto à comunidade.

enquanto no colóquio de pesquisa participaram acadêmicos majoritariamente falantes de Alemão padrão na Alemanha, nos cursos de Português, o público era misto (por vezes, falantes de alemão e PLA). Já no instituto Kolping, os grupos eram de migrantes, sendo parte considerável composta por refugiados de países como Síria, Ucrânia, Afeganistão e Turquia.

Em relação às línguas minoritárias de imigração, foram apresentados dois trabalhos por alunos, respectivamente, da UFPel e da UFRGS: “Pommerisch in Südbrasilien” (“Pomerano no sul do Brasil”) e “O projeto ALMA-H: Atlas Linguístico e banco de dados para a pesquisa de Variedades na Bacia do Prata”, com foco na variedade do Hunsriqueano. Ambas as apresentações abordaram aspectos como origem da língua e aplicação da pesquisa. A partir dessa interação, foi possível constatar que mesmo para estudantes alemães, ou europeus de forma geral, o tema da diversidade linguística no Brasil e das variedades da língua alemã ainda é pouco conhecido. As apresentações foram em língua alemã padrão. Futuramente, cabe propor apresentações com inclusão total ou parcial das próprias variedades minoritárias, como em Pomerano e Hunsriqueano.

A presença de diversas línguas no ambiente acadêmico alemão impressionou os alunos positivamente. Outro exemplo emblemático ocorreu após a atividade com os migrantes no instituto Kolping. Nessa ocasião, a coordenação e os alunos migrantes haviam preparado dois momentos de interação: uma recepção na forma de café da manhã em uma sala decorada (em um mural escrito “bem-vindos” em Ucrâniano e Alemão) e, após as apresentações, uma pausa com pratos típicos trazidos por estudantes de diferentes nacionalidades. A interação mais próxima com falantes de outras nacionalidades que, assim como os brasileiros, aprendem a língua alemã como língua adicional na idade adulta, também era um objetivo do projeto de viagem.

De modo geral, as experiências relatadas reforçam premissas importantes para a internacionalização: considerar o repertório de línguas trazido pelos estudantes como um elo central entre práticas de internacionalização e formação de professores.

A PL da UFPel, como discutido, explicita o papel do Pomerano no processo de internacionalização da Universidade. Sanadas uma série de questões técnicas e práticas envolvidas desde a candidatura até a execução da viagem, os próximos projetos nesse modelo têm a chance de explorar ainda mais o papel, por exemplo, de línguas minoritárias como Pomerano e de questões transversais como o processo de colonização na América do Sul que vem sendo discutido cada vez mais na Alemanha e no Brasil.

5.3 Disciplina "Ensino de Português como Língua Adicional (PLA)"

A disciplina "Ensino de Português como Língua Adicional (PLA)" insere-se no contexto da oferta de disciplinas optativas aos quatro cursos de Licenciaturas (de habilitações duplas) em Letras do Centro de Letras e Comunicação (CLC). "Ensino de PLA" tem como objetivo geral analisar questões relacionadas ao ensino e aprendizagem em diversos contextos e busca atender a demanda de formação de professores de PLA para atuação não apenas junto a estudantes internacionais, mas também aos públicos cada vez mais amplos que compõem a área. Esse público, conforme discutem Bulla e Kuhn (2020, p. 2), inclui, ou deveria incluir, "estrangeiros, migrantes contemporâneos, filhos de brasileiros no exterior, comunidades de imigração histórica, comunidades de regiões de fronteira, comunidades indígenas, comunidades de surdos e comunidades de pessoas originárias de países que possuem o português como língua oficial".

A oferta da disciplina integra os demais esforços de internacionalização da UFPel que envolvem a área de PLA, como a 1) criação da Coordenação Pedagógica de Português para Estrangeiros do Programa IsF em 2016, 2) constituição do Programa Português para Estrangeiros (PPE) em 2017 e 3) aplicação do exame Certificado de

Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) iniciada em 2019 (Damasceno; Selbach, 2021)⁹.

No Brasil, a constituição da área de PLA se desenvolveu e continua se desenvolvendo por meio da criação e institucionalização de espaços que reúnem grupos de pessoas atentas às necessidades de seu tempo e dedicadas a buscar qualificação para construir projetos pessoais, equipes profissionais e áreas de formação acadêmica (Schlatter; Bulla; Costa, 2020).

No que diz respeito aos conhecimentos essenciais para um currículo de formação inicial e continuada de professores de PLA, Schlatter, Bulla e Costa (2020) ressaltam a importância de uma reflexão coletiva e continuada sobre:

- a) o que move o mundo contemporâneo, as políticas educacionais, as questões problemáticas, os valores e intencionalidades em jogo e os modos de interferir;
- b) o contexto em que se atua: os atores e interlocutores, seus interesses, propósitos, limitações, potencialidades e metas de aprendizagem;
- c) relações possíveis entre metas de aprendizagem e o desenvolvimento de projetos conjuntos de formação para responder, local e situadamente, às demandas sociais observadas;
- d) recursos teórico-práticos necessários e significativos para o planejamento do ensino e de sua própria formação;
- e) as práticas construídas com vistas à sistematização e ao registro do que foi aprendido na interlocução com colegas (Schlatter; Bulla; Costa, 2020, p. 500).

Nesse sentido, a formação de professores, além de compreender questões atuais, globais e locais relativas ao PLA e ao seu ensino, envolve ainda “debates coletivos para compreender as potencialidades e responsabilidades da educação linguística e da atuação como professor em contextos específicos e na interlocução com os pares” (Schlatter; Bulla; Costa, 2020, p. 500). Na disciplina “Ensino de PLA”, busca-

⁹ Há ainda outras iniciativas, como a criação das disciplinas de 1) Português Básico (em nível de graduação e pós), 2) Leitura e Produção de Textos Acadêmicos e 3) Compreensão e Produção Oral (ofertadas à pós-graduação).

se familiarizar os estudantes com a diversidade de perfis contemporâneos de estudantes a partir de um panorama sobre públicos específicos publicados em relatos de experiência, artigos e materiais didáticos, bem como problematizar questões como educação linguística, plurilinguismo, valores políticos e ideológicos implicados nas intervenções do/a professor/a que busca atender demandas sociais por meio do PLA.

PLA, a partir da perspectiva de língua adicional que embasa a disciplina, representa um recurso essencial para o exercício da cidadania no mundo contemporâneo (Schlatter; Garcez, 2009). Essa perspectiva influencia o ensino de PLA ao promover o engajamento ativo de alunos e professores no uso da língua como instrumento de participação social, incentivando uma reflexão crítica sobre a natureza da língua, suas dimensões de pertencimento, seus potenciais usuários e suas funções sociais (Schlatter; Garcez, 2009).

A partir dessa perspectiva, abordam-se, ao longo da disciplina, temas como 1) Lusofonia, políticas linguísticas de promoção da LP e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2) Pressupostos teóricos para o ensino de PLA, 3) Abordagens e métodos para o ensino de PLA em diferentes contextos, 4) Desenvolvimento de projetos e materiais didáticos para o ensino de PLA, 5) Avaliação e exames de proficiência, dentre eles, o Exame Celpe-Bras e 6) Questões atuais sobre o ensino de PLA a partir de um panorama mundial e de especificidades do contexto brasileiro (que envolvem estudantes surdos, indígenas e migrantes na educação básica).

Os objetivos de aprendizagem da disciplina dizem respeito à capacidade do professor em formação de: 1) refletir sobre os pressupostos teóricos e metodológicos envolvidos na prática de ensino de PLA; 2) discutir o desenvolvimento de políticas linguísticas relacionadas à área; 3) apropriar-se das abordagens e métodos atuais para o ensino de PLA; 4) analisar questões relacionadas ao ensino de PLA em diversos contextos e 5) analisar e elaborar materiais didáticos para contextos de ensino de PLA. A avaliação envolve a escrita e reescrita de elaboração de proposta de projeto ou plano

de aula com a interlocução projetada da "Revista Bem Legal"¹⁰, ou seja, com vistas à publicação.

A disciplina "Ensino de PLA" busca, portanto, contribuir para a internacionalização em línguas adicionais por meio da formação de professores. Alinhada à PL da instituição que valoriza a diversidade linguística, a disciplina volta-se a preparar futuros docentes - social e politicamente - comprometidos com intervenções benéficas em contextos (globais e nacionais) variados.

Nesse sentido, a disciplina representa um espaço estratégico para a formação de professores sensíveis às realidades plurilíngues locais e comprometidos com uma prática pedagógica Aplicada ou INdisciplinar (Moita Lopes, 2006) na medida em que promove o reconhecimento e a valorização das minorias linguísticas da região, desconstruindo a noção do português como língua hegemônica e reconhecendo-o como instrumento de diálogo intercultural. Essa perspectiva, alinhada aos pressupostos teóricos que embasam a disciplina, permite que o PLA atue como ponte para o encontro entre saberes e culturas, promovendo uma formação docente crítica e politicamente engajada com as demandas sociais contemporâneas.

5.4 Projeto "Letramentos Acadêmicos em Português como Língua Adicional na UFPel: mapeamento de práticas e necessidades"

O projeto "Letramentos Acadêmicos em Português como Língua Adicional na UFPel: mapeamento de práticas e necessidades"¹¹, em curso, emerge como outra iniciativa inscrita na área de PLA no contexto das PL e de internacionalização da Universidade. Inscrito no âmbito da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006) e

¹⁰ Idealizada "[...] com o propósito de estabelecer parcerias para articular o que é produzido no Instituto de Letras [da UFRGS] e nos diversos cenários escolares, a Bem Legal vem aproximar o professor da educação básica e a comunidade acadêmica". Disponível em: <https://www.ufrgs.br/revistabemlegal/sobre/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

¹¹ O Grupo de Estudos em Português como Língua Adicional (GEPLA) integra o projeto "Letramentos Acadêmicos" e contribui para a formação de professores de línguas adicionais ao desenvolver ações que envolvem leituras e discussões sobre ensino e aprendizagem de PLA com professores em formação.

amparado na perspectiva dos Novos Estudos de Letramento (Street, 1984; Lea; Street, 1998; Lillis; Scott, 2007), o estudo busca investigar as práticas de letramentos acadêmicos em PLA em curso na Universidade, bem como identificar necessidades e demandas da área a partir da perspectiva de docentes, discentes internacionais e brasileiros falantes de outras línguas que têm o PLA.

A partir de uma abordagem metodológica que combina questionários e entrevistas semiestruturadas com os participantes, o projeto busca contribuir com a produção de conhecimento científico em PLA e com futuras ações de internacionalização em PLA subsidiadas pelos resultados da pesquisa, gerando conhecimento “que seja responsivo à vida social” (Moita Lopes, 2006, p. 97). Os participantes serão convidados a refletir sobre a área de PLA e sobre o papel da escrita, da oralidade e dos gêneros discursivos em PLA para a sua área de conhecimento e para a sua formação profissional, bem como sobre ações (disciplinas, cursos, eventos) e gêneros nos quais se engajam ou gostariam de se engajar, uma vez que:

Cada comunidade se constitui como uma cultura disciplinar específica com “diferentes configurações de características textuais” de acordo com os “diversos modos de propor conhecimento” (Motta-Roth, 1996, p. 123) em cada contexto de produção. A compreensão do modo como os gêneros discursivos constituem a prática acadêmica em cada disciplina é fundamental para “publicar, exercer influência na área, ser citado” (Bawarshi; Reiff, 2013). Ao mesmo tempo, o ensino de produção e consumo de textos precisa estar baseado no conhecimento dos gêneros mais valorados e das especificidades discursivas de cada disciplina (Motta-Roth, 1996, p. 125). Toda pedagogia, portanto, deve ser subsidiada por pesquisa e vice-versa. (Motta-Roth *et al.*, 2016, p. 114).

Nesse sentido, ao mapear as práticas e necessidades em PLA, o estudo busca fornecer subsídios no âmbito da pesquisa que podem se estender a práticas de ensino na Universidade. Os resultados do estudo poderão orientar o desenvolvimento curricular, informando a criação ou reformulação de disciplinas, cursos e materiais didáticos em PLA que atendam às necessidades específicas dos estudantes

internacionais ou brasileiros falantes de outras línguas em diferentes áreas do conhecimento. Os dados gerados sobre as práticas de letramentos acadêmicos também podem subsidiar programas de capacitação docente em línguas adicionais voltados às demandas de um corpo discente linguisticamente diverso e multicultural.

O projeto "Letramentos Acadêmicos em PLA" visa, portanto, contribuir para o desenvolvimento das PL e práticas pedagógicas institucionais, gerando dados que podem informar ações de internacionalização e o ensino de PLA para estudantes internacionais - e brasileiros - que compõem o público discutido por Bulla e Kuhn (2020). Os resultados obtidos poderão orientar ajustes nas abordagens de ensino e na produção acadêmica em PLA, considerando as necessidades específicas da comunidade acadêmica multilíngue da UFPel. Dessa forma, o projeto se propõe a auxiliar a Universidade na adaptação às demandas atuais previstas na PL e futuras relacionadas aos letramentos acadêmicos em contextos linguisticamente diversos, buscando contribuir para a construção de um ambiente acadêmico que reconhece e integra a diversidade linguística em suas práticas cotidianas.

O projeto "Letramentos Acadêmicos em PLA" alinha-se, portanto, aos princípios e objetivos da PL da instituição, especialmente no que tange à premissa da "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a necessidade de uma Política Linguística que atenda às exigências das políticas públicas de incentivo ao uso das línguas no ambiente acadêmico e na universidade como um todo" (UFPel, 2020, p. 1). Dentre os objetivos da PL, destacam-se o suporte linguístico para falantes de outras línguas, atividades de ensino, pesquisa e extensão em PLA e iniciativas de letramentos acadêmicos para a comunidade universitária.

Os dados gerados pela pesquisa buscam contribuir diretamente para a consolidação de uma política de internacionalização com equidade, respondendo tanto às demandas dos estudantes internacionais quanto às necessidades específicas de grupos linguisticamente diversos da região, como surdos, falantes de línguas de imigração e refugiados, materializando assim os princípios de inclusão social e cidadã

preconizados pela PL institucional. Dessa forma, o projeto não apenas se alinha à institucionalização do PLA no CLC, mas também fortalece uma perspectiva plurilíngue e democrática que favorece o entendimento, as trocas e a colaboração entre diferentes línguas e comunidades, contribuindo assim para a construção de práticas acadêmicas inclusivas e interculturais na Universidade.

5.5 Projeto “Direitos linguísticos, Universidade e Políticas Públicas”

O Projeto de Extensão “Direitos linguísticos, Universidade e Políticas Públicas”, iniciado em novembro de 2023, é mais uma ação voltada à implementação da Resolução Cocepe/UFPel nº 01/2020, que institui a PL da Universidade (UFPel, 2020). Parte das ações do grupo “Letras de Lei - Ações de ensino, pesquisa e extensão na interface entre Linguística e Direito”, em termos teórico-metodológicos, o projeto se situa na relação entre os campos do Direito Linguístico (Sigales-Gonçalves, 2020) e da Política Linguística (Severo, 2022). Nesse sentido, o projeto, por um lado, se ocupa de identificar e compreender iniciativas normativas regulatórias das línguas e da relação entre os sujeitos e as línguas - que instituem, então, direitos linguísticos (garantias) e deveres linguísticos (obrigações) -, e, por outro lado, se dispõe a planejar e a executar ações que efetivem tais direitos e deveres.

A Resolução Cocepe/UFPel nº 01/2020 é entendida pelo projeto, portanto, como um documento que institui direitos linguísticos e deveres linguísticos no âmbito da UFPel, ainda que tais expressões - “direitos linguísticos e “deveres linguísticos” - não tenham sido explicitamente empregadas no documento. Ainda, o projeto assume a importância do papel das instituições de educação superior, sobretudo públicas, na promoção dos direitos linguísticos de diferentes sujeitos e em distintas práticas sociais (Sigales-Gonçalves; Oliveira-Pereira; Zoppi-Fontana, 2023).

Muito embora a expressão “direitos linguísticos” tenha notoriedade em razão da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que os chamados “direitos linguísticos”

começaram a ganhar importância. Neste projeto, pretende-se explorar o lugar da Universidade na concretização dos direitos linguísticos em diferentes situações e com diferentes sujeitos que circulam no espaço universitário (pessoas migrantes, pessoas indígenas, pessoas quilombolas, pessoas LGBTQIA+, pessoas surdas, pessoas cegas). O foco, portanto, é a criação de políticas públicas de linguagem que podem ser concebidas a partir do diálogo da Universidade com seu entorno, considerando seu papel de agente de transformação social. Sendo uma das premissas estruturantes da extensão o diálogo com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, de participação e do contato com as questões complexas contemporâneas, o projeto busca colocar a Universidade em uma posição de escuta diante de demandas sociais relacionadas aos direitos linguísticos e, também refletir sobre o lugar que as instituições universitárias têm ocupado na concretização de direitos linguísticos em diferentes contextos.

Desde a sua implementação, tem se ocupado de duas ações concretas: (1) realização de rodas de conversa na Universidade, sobre o tema “direitos linguísticos”; e (2) criação de parcerias com o setor público para fortalecer, em termos práticos, a implicação entre políticas públicas e políticas linguísticas. Em relação a (1), destaca-se a Roda de Conversa realizada em 16 de novembro de 2023, com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica para o tema dos direitos linguísticos no âmbito da instituição. Destaca-se a presença de estudantes e servidores das comunidades surdas e das comunidades indígenas, o que revela o potencial desse tipo de ação para colocar em diálogo diferentes demandas por políticas públicas de linguagem no âmbito da Universidade. Em relação a (2), o projeto tem buscado criar espaços junto ao Poder Público estadual e municipal - na cidade de Pelotas/Rio Grande do Sul - no sentido de mapear demandas relacionadas a direitos linguísticos e a políticas linguísticas e de colocar a Universidade como parceira para o atendimento dessas demandas junto à população. Destacam-se duas ações: reuniões de trabalho com servidores da Secretaria Municipal de Educação (SMED), com o objetivo de traçar

estratégias para a promoção de direitos linguísticos de estudantes surdos, indígenas e migrantes, por exemplo; e participação no Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas em Pelotas. A propósito da pauta migratória, relacionado a esse projeto de extensão, também está em fase de implementação o projeto “PLA Vida Pública”, cujo objetivo é a oferta de cursos de PLA para migrantes com foco no acesso a serviços públicos e a direitos sociais - como o direito à saúde, educação, trabalho e previdência.

Com base em projetos e ações como esses, atende-se a um princípio básico de aproximação acadêmica das populações locais e de suas trajetórias linguísticas e sociais. Atividades de acesso aos direitos linguísticos convergem com a expansão da internacionalização e oferecem subsídios para que a inclusão ativa de diferentes perfis de falantes em ações de internacionalização, como aquelas já discutidas nas seções anteriores, seja melhor planejada.

6 Considerações finais: desafios e possibilidades

Neste trabalho, buscamos explorar e analisar iniciativas da UFPel no campo das PL. Procuramos exemplificar ações pontuais e os desafios do processo de internacionalização em curso. A própria PL explicita a diversidade de grupos linguística e culturalmente distintos, no entanto, o que se percebe são contribuições iniciais para um processo no âmbito da Universidade que está em fase de construção. As ações discutidas apontam para um caminho possível para a consolidação de uma PL nesse processo, na medida em que são pensadas de modo coletivo e transversal. Ações inclusivas, no sentido da formação de professores, dos repertórios plurilíngues e direitos dos falantes e o diálogo entre os diversos setores existentes na Universidade, podem alicerçar metas de longo prazo, garantindo a continuidade, equidade e o aprimoramento das iniciativas de internacionalização (Souza *et al.*, 2023). Por meio do exame dessas experiências, observamos como a PL tem sido traduzida e mobilizada em práticas concretas, adaptadas às necessidades e características específicas de sua

comunidade acadêmica e às condições de tempo e recursos aos quais as pessoas envolvidas estão expostas. Buscamos não apenas documentar essas iniciativas, mas também refletir sobre seus impactos, desafios e potencialidades no contexto da internacionalização do ensino superior. Essas ações de ensino, pesquisa e extensão, como demonstrado, são peças-chave no processo de internacionalização da Universidade e para integralização da PL na mesma.

Globalmente, o cenário atual demanda atenção crescente às questões de mudança climática, desde a educação básica até o ensino superior. Nesse contexto, o plurilinguismo se apresenta como uma ferramenta valiosa, ligada a noções de sustentabilidade e compreensão intercultural. A abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU¹² - em especial a garantia de direitos e posições nas ações locais - oferece um *framework* que pode contribuir para a reflexão sobre possibilidades de ações localmente construídas, contribuindo para o equilíbrio ambiental e para uma internacionalização mais consciente e responsável.

No que diz respeito ao papel dos letramentos acadêmicos no processo de internacionalização da Universidade, entendemos como fundamentais as ações que investigam práticas e que buscam familiarizar os estudantes com as culturas disciplinares e com os contextos discursivos e de produção de conhecimento dos quais fazem ou desejam fazer parte, uma vez que a "produção de conhecimento depende de competências comunicativas de produção e consumo de textos, em suma, de letramentos acadêmicos" (Motta-Roth *et al.*, 2016, p. 113).

Para avançar nas políticas linguísticas, parece-nos fundamental realizar diagnósticos detalhados das práticas dos estudantes e suas particularidades linguísticas. O mapeamento do uso de línguas minoritárias como primeira língua (por exemplo, de estudantes migrantes ou surdos) ou de heranças de línguas de imigração pode fornecer *insights* para a personalização do ensino e a promoção da diversidade

¹² Disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 mai. 2024.

linguística. Censos internos sobre as demandas dessas línguas e de seus falantes podem aprofundar o conhecimento da comunidade universitária a respeito da diversidade linguística presente nesse contexto.

Com um mapeamento das necessidades e o avanço de ações como as exemplificadas ao longo deste trabalho, no nosso entendimento, pode-se contribuir de maneira mais efetiva para os propósitos de um ambiente universitário internacional e os direitos linguísticos que embasam as políticas linguísticas em nível local e nacional (como o Inventário Nacional da Libras e o Inventário Nacional da Diversidade Linguística - Pomerano, por exemplo). Esse movimento tem também uma dimensão de registro: para comunidades como a brasileira, no meio oral, ainda é incipiente o uso de Inglês, por isso cabe também fomentar seu incremento nas diversas atividades acadêmicas, reconhecendo o seu papel como língua franca na comunidade científica internacional e garantindo acesso equitativo à aprendizagem da língua a todos os estudantes.

É importante ressaltar que, embora tenhamos focado em exemplos envolvendo alemão e PLA, outras línguas e projetos circulam na Universidade, como evidenciado pelos intercâmbios PEC-G e PEC-PG com alunos lusófonos, hispanofalantes, falantes de Crioulo haitiano e o convênio com a Universidade chinesa Sichuan University of Science and Engineering, por exemplo. Esta diversidade linguística representa uma riqueza que deve ser reconhecida e valorizada em todas as iniciativas de internacionalização.

Concluimos que o caminho para uma internacionalização efetiva e uma política linguística inclusiva é complexo e contínuo. Requer um olhar atento às especificidades locais, um compromisso com a diversidade linguística e cultural, e uma visão que integre os sentidos das práticas sob as perspectivas locais e globais.

Referências

ABREU-E-LIMA, D. M. de; ALMEIDA V. P. de; MORAES FILHO, W. B. Internacionalização da educação superior e formação de professores de língua

estrangeira. *In*: ABREU-E-LIMA, D. M. de *et al.* **Idiomas sem Fronteiras: internacionalização da educação superior e formação de professores de língua estrangeira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 9-37.

ABREU-E-LIMA, D. M. de; MORAES FILHO, W. B. **The Languages without Borders Network in Brazil**. World Humanities Report, CHCI, 2022.

ALTENHOFEN, C. V. Stützung des Spracherhalts bei deutschsprachigen Minderheiten: Brasilien. *In*: AMMON, U.; SCHMIDT, G. (org.). **Förderung der deutschen Sprache weltweit Vorschläge, Ansätze und Konzepte**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2019. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110479232>

ALTENHOFEN, C. V. Quantas línguas são faladas hoje no mundo? *In*: OTHERO, G. de A.; FLORES, V. do N. (org.). **O que sabemos sobre a linguagem: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana**. São Paulo: Parábola, 2022. p. 53-58.

BLEGGI, A. **O papel da universidade na capacitação dos discentes na proficiência em Língua Inglesa para a Internacionalização**. 2019. 75 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.711/12, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de agosto de 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

BRASIL. **Decreto nº 7387/2010, de 9 de dezembro de 2010**. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de dezembro de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais. Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abril de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. **Resolução nº 73, de 06 de julho de 2022**. Cria o Curso de LIBRAS/Literatura Surda no Centro de Letras e Comunicação - CLC da UFPel. Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2022/07/Res.-73.2022.pdf>.

BULLA, G. da S.; KUHN, T. Z. Português como Língua Adicional no Brasil - perfis e contextos implicados. **ReVEL**, v. 18, n. 35, p. 1-28, 2020.

CASTELANO RODRIGUES, F. Internacionalização e políticas linguísticas na educação superior no Brasil. Apresentação na mesa redonda “La institucionalidad de la lengua” no 5o. **Congreso Latinoamericano de Glotopolítica (CLAGlo)**. Montevideu/Uruguai, julho/2022.

CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. *In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO*, 4, 2010. **Anais...** Pelotas: UFPel. Disponível em: <https://simpufpel.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>.

DAMASCENO, V. D.; SELBACH, H. V. O Programa Português para Estrangeiros: panorama de ações e contribuições para a educação de professores de PLA. **Entretextos**, v. 21, n. 3 Esp., p. 151-162, 2021. DOI <https://doi.org/10.5433/1519-5392.2021v21n3Esp.p151>

DE SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: B. DE SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (ed.), Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

DE WIT, H. The future of internationalization of higher education in challenging global contexts. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, n. 3, p. 538–545, 2020. DOI <https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659471>

DIEL, R. S.; MARTINS; L. B.; LEBEDEFF, T. B. Mobilidade internacional para estudantes surdos: as lacunas das políticas linguísticas de universidades. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 9, n. 23, p. 109-121, 2023. DOI <https://doi.org/10.32748/revec.v9i23.20574>

ECHEVERRÍA-KING, L. F.; CHIAPPA, R.; LEAL, F.; CASTIELLO-GUTIÉRREZ, S. Análisis de políticas públicas de apoyo a la internacionalización de la educación superior en América Latina: un balance. **Revista de Educación Superior en América Latina**, p. 36-40, 2023.

FINARDI, K.; MENDES, A. R.; DA SILVA, K. Tensões e Direções das Internacionalizações no Brasil: entre a Competição e a Solidariedade. **Revista Education Policy Analysis Archives – EPAA/AAPE**, v. 30, n. 58, p. 1-21, 2022. DOI <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6823>

GRILLI, M. Alemão como língua estrangeira e a didática do plurilinguismo no Brasil e na Europa. **Pandaemonium Germanicum**, v. 19, n. 27, p. 175–202, abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.11606/1982-88371927175202>

GOGOLIN, I. **Der monolinguale Habitus der multilingualen Schule**. Viena: Waxmann, 1994.

HEPP, A. C. A. dos S.; FALKOWSKI, M. S.; LÖFF MACHADO, L.; SELBACH, H. V. Ações desenvolvidas pelo projeto Idiomas sem Fronteiras Nucli UFPel - de 2022 a 2023 e a sua contribuição para a internacionalização. *In*: CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA (9. SIIPE/UFPel), 11, 2023. **Anais...** Pelotas: UFPel. 2023, p. 656-659. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/files/2023/12/Educac%CC%A7a%CC%83o_rev1.pdf.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: Definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5–31, 2004. DOI <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>

JUDD, E. L.; TAN, L.; WALBERG, H. J. **Teaching additional languages**. Stanford: International Academy of Education, 2001.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student Writing in Higher Education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education**, v. 23, n. 2, p. 157–172, 1998. DOI <https://doi.org/10.1080/03075079812331380364>

LEAL, F.; FINARDI, K. R.; ABBA, M. J. Perspectives and Challenges of Internationalising Higher Education from and for the Global South. *In*: WOLDEGIORGIS; E. T.; YU, C. Q. (ed.). **Critical Reflections on the Internationalisation of Higher Education in the Global South (Diverse Perspectives on Creating a Fairer Society)**. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2024. p. 33-47. DOI <https://doi.org/10.1108/978-1-80455-778-520241003>

LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 87, p. 1-29, 2018. DOI <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3026>

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. **Journal of Applied Linguistics**, Sheffield, v. 4, n. 1, p. 5–32, 2007. DOI <https://doi.org/10.1558/japl.v4i1.5>

LIMBERGER, B. K. **Processamento da leitura e suas bases neurais: um estudo sobre o hunsriqueano**. 2018. 269 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARQUES-SCHÄFER, G.; SANT'ANNA B. F., E. Der Beitrag einer vom DAAD finanzierten Studienreise zur Ausbildung von angehenden DaF-Lehrenden. **Informationen Deutsch als Fremdsprache**, v. 47, n. 5, p. 570-593, 2020. DOI <https://doi.org/10.1515/infodaf-2020-0088>

MARTIN-JONES, M.; CASTANHEIRA, M. L.; MATTOS, A. M. de A. The Changing Language and Literacy Landscapes of Brazilian Universities. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 24 n. 1, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/1984-6398202444988>

MOITA LOPES, L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85–107.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S.; SCHMIDT, A. P. C.; SELBACH, H. V.; PRETTO, A. de M. Letramentos acadêmicos em comunidades de prática: culturas disciplinares. **Letras**, v. 26, n. 52, p. 111-134, jan./jun. 2016. DOI <https://doi.org/10.5902/2176148525326>

NAVARRO, F.; LILLIS, T.; DONAHUE, T.; CURRY, M. J.; ÁVILA REYES, N.; GUSTAFSSON, M.; ZAVALA, V.; LAURÍA, D.; LUKIN, A.; MCKINNEY, C.; FENG, H.; MOTTA-ROTH, D. Manifesto: Reconsideração do Inglês como Língua Franca em Contextos Acadêmico-Científicos. **Revista da Anpoll**, v. 54, n. 1, e1926, p. 1-10, 2023. DOI <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1926>

PELOTAS. **Portaria nº 1.557, de 06 de outubro de 2010**. Dispõe sobre a criação do Curso de Licenciatura Letras - Português e Alemão. CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE (CONSUN), 2010.

PONSO, L. Transnacionalidade da Língua Portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 - 2016). **REVISTA DA ABRALIN**, v. 17, p. 120-140, 2019. DOI <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.521>

RAMIRES, H. R.; SELBACH, H. V. “Aspectos da cultura brasileira”: reflexões sobre os primeiros cursos de Português como Língua Adicional da parceira UFPel - SUSE. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UFPEL, 2023, 5, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Ed. da UFPel, 2023. p. 770-773. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/files/2023/12/Educac%CC%A7a%CC%83o_rev1.pdf.

ROCHA, E. D. da; GASPAROTTO, A. Apontamentos sobre os processos seletivos específicos de Estudantes Indígenas e Quilombolas na UFPel (2015-2023). 9 Congresso

de Ensino de Graduação. Semana Integrada UFPel. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2023. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2023/G5_06658.pdf.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012. DOI <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0573-9>

SCHLATTER, M.; BULLA, G. da S.; COSTA, E. V. da. Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter. **ReVEL**, v. 18, n. 35, p. 489-508, 2020.

SCHLATTER, M.; GARCEZ, P. M. Educação linguística e aprendizagem de uma língua adicional na escola. In: **Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação/Departamento Pedagógico, 2009.

SELBACH, H. V.; KLEE, M. M.; MORAES, E. T. UFPel's Internationalization at Home: exploring challenges and outcomes. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 91, n. 23, p. 333-348, 2024. DOI <https://doi.org/10.32748/revec.v9i23.20729>

SEVERO, C. G. Políticas linguísticas e direitos linguísticos: revisão teórica e desafios contemporâneos. In: SEVERO, C. G. (org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. 1 ed. Campinas: Pontes, 2022. p. 25-60.

SIGALES-GONÇALVES, J. S. A noção de deveres linguísticos e sua contribuição para a configuração do Direito Linguístico no Brasil. **Travessias Interativas**, v. 22, p. 256-278, 2020.

SIGALES-GONÇALVES, J. S.; OLIVEIRA-PEREIRA, V. E.; ZOPPI-FONTANA, M. G. Instrumento linguístico-jurídico: direito, universidade e nacionalidade na produção de saberes sobre a língua. **Porto das Letras**, v. 9, p. 168-194, 2023.

SOUZA, V. V. S.; CÓRDULA, M. S. M.; DE PAULA, V. A. F.; MORAES FILHO, W. B. De concepções a práticas de internacionalização: o caso do Programa de Formação para Internacionalização (PROINT-UFU). **Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis**. Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS|UUC, 2023.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

UFPEL. Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução n. 06/2018, de 21 de abril de 2018.** Aprova o plano de planejamento estratégico de internacionalização da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/06/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o062018.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

UFPEL. Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução 01/2020, de 20 de fevereiro de 2020.** Institui a política linguística da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). <https://wp.ufpel.edu.br/clc/politica-linguistica-da-ufpel/>. Acesso em: 21 jul. 2024.